

PODER EXECUTIVO ESTADO DE MATO GROSSO



MENSAGEM N.º 019/2024.

EXMO/A. SR/A. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COTRIGUAÇU-MT E ILUSTRES PARES:

No momento em que cumprimento Vossas Excelências, submeto à elevada apreciação desta Casa, o anexo Projeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder o desconto que menciona, no pagamento a vista do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU para o Exercício Financeiro de 2024, institui o "Programa Contribuinte Premiado 2024", e dá outras providências.

Senhora Presidente, como se vê, o presente Projeto de Lei Complementar visa fomentar e otimizar a arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano, referente ao Exercício Financeiro de 2024, com desconto de 20% (vinte por cento) no pagamento a vista ou pagamento parcelado em três vezes e implantar o "Programa Contribuinte Premiado 2024", mediante sorteio de prêmios, para os contribuintes que pagarem o referido tributo e estiverem adimplentes com o Fisco Municipal.

Importante frisar, Excelência, que o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, é instituído pela Constituição Federal e muito embora tenha natureza tipicamente fiscal, possui grande função social, uma vez que gera obtenção de recursos financeiros que são convertidos em obras e no bem-estar da população. Ademais, o valor da premiação é ínfimo se considerarmos o aumento no número de contribuintes que passarão a pagar pontualmente seus impostos, no intuito de regularizar sua eventual participação no sorteio.

Outrossim, firmamos o compromisso que a campanha que institui a premiação será amplamente divulgada nos veículos de comunicação, como forma de alcançar o maior número possível de contribuintes, e, consequentemente, aumentar a arrecadação do Município. Ademais, informamos que foi observada a Lei Complementar Federal n. º 101/2000, em especial o art. 14, que prevê a estimativa do impacto orçamentário financeiro que segue em anexo ao presente Projeto de Lei Complementar.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, programas semelhantes, com excelentes resultados, já são adotados há algum tempo em nosso município, com isso a população tem anualmente por precedência uma boa oportunidade de liquidar seus débitos perante a Fazenda Pública, contribuindo para o desenvolvimento da cidade.

Destarte, a autorização legislativa se faz necessária e lícita no sentido de dar ao ente executivo a possibilidade de conter a queda da arrecadação incentivando o

CNPJ/MF n.º 37.465.309/0001-67

Avenida 20 de Dezembro, n.º 725, Centro, Cotriguaçu-MT



PODER EXECUTIVO ESTADO DE MATO GROSSO

PROTOCOLO GERAL 125/2024
Data: 10/05/2024 - Horário: 11:31
Legislativo

desenvolvimento urbanístico e a recuperação de créditos da administração, quando permitindo que a população efetue o pagamento de seus impostos com os correspondentes incentivos.

Contudo, vale ressaltar aqui neste projeto a questão relativo ao próprio ano em exercício que de acordo com o próprio posicionamento do TSE por se tratar de ano eleitoral, não exista vedação específica, eis que atinge toda a população, e existem precedentes de normalidade, uma vez que o presente projeto foi elaborado nos mesmos moldes de exercícios anteriores, sem novidades ou alterações.

Portanto, existindo interesse público no bojo do presente Projeto, que atende as necessidades do Município, e estando em conformidade com a legislação vigente, SOLICITO que seja realizada sua apreciação e, consequente, aprovação.

Por fim, reafirmo a Vossa Excelência expressões de mais alta estima, apreço e consideração.

Cotriguaçu-MT, 10 de maio de 2024.

VALDIVINO MENDES

Digitally signed by VALDIVINO MENDES DOS SANTOS 32810814104

DOS

DN: c=8R, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=29108091000165, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=YALDIMNO MENDES DOS SANTOS 32810814104 Date: 2024.05 10 00:32 38-04'00'

SANTOS:32810814104 Date: 2024.05 10 09:32:38-04:00
VALDIVINO MENDES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Excelentíssimo/a Senhor/a; ADRIANE MARI LOUREIRO PESTANA; MD. Presidente da Câmara; Câmara Municipal de Vereadores; Cotriguaçu - Mato Grosso.



PODER EXECUTIVO ESTADO DE MATO GROSSO

PROTOCOLO GERAL 125/2024
Data: 10/05/2024 - Horário: 11:31
Legislativo

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 007/2024.

Presidente

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder o desconto que menciona, no pagamento a vista do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU para o Exercício Financeiro de 2024, institui o "Programa Contribuinte Premiado 2024", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

- Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder um desconto de 20% (vinte por cento), para o contribuinte que efetuar o pagamento em quota única até o prazo estabelecido no edital de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU, referente ao Exercício Financeiro de 2024, não estendido o desconto as taxas eventualmente lançadas em conjunto com o referido Imposto.
- Art. 2.º O contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU, do Exercício Financeiro de 2024, poderá optar pelo pagamento, sem o desconto previsto no artigo anterior, da presente Lei Complementar, em até 03 (três) parcelas mensais e sucessivas.
- Art. 3.º Fica instituído especificamente para o Exercício Financeiro de 2024, o "Programa Contribuinte Premiado 2024", com a promoção de sorteio de prêmios, a título de incentivo aos contribuintes que realizarem o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU e que estiverem adimplentes com o fisco municipal até o dia 15 de dezembro de 2024.
- § 1.º A Comissão organizadora, o regulamento do sorteio de prêmios que trata a presente Lei Complementar, a data da sua realização e a distribuição de prêmios, serão regulamentados por Decreto do Executivo, observado o disposto nos demais parágrafos, do presente artigo, que são indispensáveis para a validade e legalidade do "Programa Contribuinte Premiado 2024".
- § 2.º O valor global dos prêmios (soma de todos os prêmios) a ser sorteados fica limitado a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
- § 3.º O valor global dos prêmios será dividido em 20 (vinte) prêmios de iguais valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

CEP .: 78.330-000 - Cx. Postal 01



PODER EXECUTIVO **ESTADO DE MATO GROSSO**

- § 4.º Os prêmios serão sorteados no dia 20 de dezembro de 2024, totalizando 20 (vinte) prêmios, conforme disposto no parágrafo anterior, do presente artigo.
- § 5.º O direito ao recebimento dos prêmios decai em 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação da homologação do resultado do sorteio, sendo que o valor dos prêmios não recebidos no prazo estipulado será revertido aos cofres públicos.
- Art. 4.º As despesas decorrentes da presente Lei Complementar, correrão por conta de dotações orçamentárias destinadas a premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras, já consignadas no Orçamentos vigente do Município, limitada ao valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
- Art. 5.º A Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro, exigida pelo art. 14, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) segue no ANEXO I e II, da presente Lei Complementar, que passa dessa a ser parte integrante.
- Art. 6.º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cotriguaçu-MT, 10 de maio de 2024.

VALDIVINO MENDES DOS

Digitally signed by VALDIVINO MENDES DOS SANTOS:32810814104 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla y5, au=29108091000165, au=Presencial, OLE Certificado PF A3, cn VALDIVINO MENDES SANTOS:32810814104 DOS SANTOS:32810814104

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS Prefeito Municipal



PODER EXECUTIVO **ESTADO DE MATO GROSSO**

ANEXOI

Lei Complementar n.º

/2024

ESTIMATIVA DO IMPACTO FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO NOS TERMOS DO ARTIGO 14, CAPUT E INC. II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000.

No presente caso, quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024, Lei Municipal nº 1.229 de 23 maio de 2023, a renúncia de receita já foi debitada da projeção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU, não sendo possível elencar qualquer impacto orçamentário e também financeiro, como resta evidenciado no Anexo II que acompanha o presente Projeto. Noutras palavras, quando se elaborou a LDO os valores referentes às receitas de IPTU já foram lançados levando-se em conta a renúncia de receita que doravante ocorreria. No tocante aos dois exercícios subsequentes não se pode cogitar impacto, uma vez que o Projeto em tela resulta em lei de caráter anual, logo, não debruçaria seus efeitos para os próximos exercícios. Como não se aventam impactos, uma vez que a despesa já foi fixada levando em consideração a receita projetada, também não há o que se falar em medidas de compensação, a não serem aquelas já demonstradas na tabela que acompanha o Anexo desta Lei, mais especificamente na coluna "Compensação". Dessa forma, em face da impossibilidade de se demonstrar qualquer impacto orçamentário e financeiro decorrente deste Projeto, eis que inexistentes, serve o presente, justamente, declarar para sua ausência.

Cotriguaçu -MT, 10 de maio de 2024.

VALDIVINO MENDES DOS

Digitally signed by VALDIVINO MENDES DOS SANTOS:32810814104 DN c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5. ou=29108091000165, ou=Presencial, pit=Certificado PF A3, cn=VALDIVINO MENDES SANTOS:32810814104 Dos SANTOS:32810814104 Date 2024.05.10 09:43:47-04'00'

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS Prefeito Municipal



PODER EXECUTIVO ESTADO DE MATO GROSSO

ANEXO II

Lei Complementar n.º /2024

DEMONSTRATIVO DE QUE A RENÚNCIA FOI CONSEIDERADA NA ESTIMATIVA DA LEI ORÇAMENTÁRIA E DE QUE NÃO AFETARÁ AS METAS DE RESULTADOS FISCAIS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (ART. 14, INC. I, LEI COMPLEMENTAR n° 101/2000).

Com relação ao demonstrativo que ora se apresenta, defende-se que a finalidade deste encontra coincidência com o exigido no Anexo I desta Lei. Como explicitado no título do presente, pretende este Anexo II demonstrar que a "renúncia" (colocou-se entre aspas pois como defendido no Anexo I, não se trata propriamente de uma renúncia) está adequadamente prevista e que não afetará o equilíbrio financeiro e fiscal do Município de Cotriguaçu estado de Mato Grosso.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA LDO 2024

SETORES/PROGRAMAS/					
/BENEFICIÁRIO	Tributo/Contribuição	2024	2025	2026	COMPENSAÇÃO
O Município de Cotriguaçu Considera isenção de Tributos relativamente ao imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, nos Termos da Lei Nº 991/2017, Lei Nº1.025/2018 Sendo isenção para único imóvel pertencente a aposentados, os pensionistas inválidos, cujos rendimento mensal não ultrapasse 2,5 salários Mínimos mensais, comprovados (ART. 86, inciso & 3°) Lei Complementar nº 007 de 007, de 02/01/2000 essa renúncia considera na Estimativa de Receita para os exercícios de 2024, 2025, 2026.	Anistia -cfme Lei B° 1.179/2022 18.03.2022	12.273.61	12.887,24	13.596,04	Renúncia já considerada na Estimativa da Receita, nos Termos do art. 14, inciso I, da LC nº 101 de 04/05/2000, não afetando as metas de resultados fiscais - Isenção de 03 (três) anos de tributos IPTU
		-	-	_	
REFIS/2002 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos e Taxas					Isenção de 03 (Três) Anos de Tributo IPTU
		292.040,00	305.971,,55	321.272,97	
TOTAL		304.313,61	318.858,79	334.869,01	958.041,41

6

CEP .: 78.330-000 - Cx. Postal 01



PODER EXECUTIVO ESTADO DE MATO GROSSO

FONTE: Depto Tributação A ESTIMATIVA DE RENÚNCIA DE RECEITA DECORRENTES DOS BENEFICIOS TRIBUTÁRIOS PARA OS ANOS DE 2024, 2025, E 2026, NO ÂMBITO DOS IMPOSTOS MUNICIPAIS ESTÁ DESTACADA NO DEMONSTRATIVO ESTIMATIVO DA RECEITA. CONFORME PRECEITUA A LRF, EM SEU ART, 14

Neste sentido, o conteúdo do demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, da Lei Municipal nº 1.229 de 23 de maio de 2023, Lei de Diretrizes Orçamentárias, notadamente em relação a sua tabela principal, resta apresentado nos seguintes termos: ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2024, Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) Desta feita, percebe-se que a finalidade dos Anexos I e II é idêntica, qual seja, demonstrar que o desconto ora concedido não afetará as metas financeiras do município para o exercício de 2024. Sendo estes os fundamentos de fato e de direito que se tinha a apresentar, encaminho o presente Projeto de lei a esta Câmara Municipal de Vereadores de Cotriguaçu-MT, esperando sua conversão em diploma legal, se assim Vossas Excelências entenderem.

Cotriguaçu -MT, 10 de maio de 2024.

4

VALDIVINO MENDES DOS

SANTOS:3281081410

Digitally signed by VALDIVINO MENDES DOS SANTOS:32810814104 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=29108091000165, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=VALDIVINO MENDES DOS

SANTOS:32810814104 Date: 2024.05.10 09:44:17 -04'00'

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS Prefeito Municipal